

notícias da **FEDERAÇÃO**



JORNAL DA FNSP
ANO I — N.º 4 MAIO/1986
PREÇO : 20\$00 BIMENSAL

Directora: Manuela Teixeira

PARTICIPAR NA MUDANÇA

A black and white photograph showing the back of a man in a light-colored shirt and the side profile of a woman with long dark hair. They are standing in front of a building with a balcony and railing.

**UM SISTEMA EDUCATIVO QUE SIRVA
PORTUGAL**

O SINDICATO DEMOCRATICO DOS PROFESSORES DO SUL TORNA-SE, EM TEMPO RÁPIDO, UMA REALIDADE INDESMENTIVEL

SDP-Sul

11 de Janeiro de 1986 — centenas de professores votam, por unanimidade, a formação do S.D.P. Sul, expressam a sua solidariedade com a F.N.S.P. e o seu desejo de adesão em tempo oportuno;

31 de Janeiro — realiza-se a Assembleia Constituinte do S.D.P. Sul e é votada a adesão à F.N.S.P.;

15 de Março — são publicados os Estatutos do sindicato e é votada a adesão à Federação;

19 de Abril — é apresentado formalmente o pedido de adesão;

12 de Maio — realizam-se as eleições para os corpos gerentes.

A LISTA A É ELEITA POR 90,4 POR CENTO DOS SÓCIOS ELEITORES.

Manuel Ferreira Patrício, Maria da Graça Ramalho e Armando Raimundo encabeçam, respectivamente, as listas da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Geral.

Sob o lema «PELOS PROFESSORES — PELA DEMOCRACIA — PELO ENSINO» a Lista A fez a sua apresentação. Resumidamente:

«Somos professores que acreditam na liberdade e na democracia;

Somos professores que acreditam na particular dignidade da sua profissão e querem afirmá-la perante a sociedade e perante o poder político, seja ele qual for;

Somos professores que encaram a luta sindical democrática como um imperativo nacional, e isto, por várias razões:

1.º — porque é necessário edificar em Portugal a democracia económica, social e cultural, para além da democracia política, felizmente já existente, e tal não é possível, em nosso entender, sem o sindicalismo livre, democrático e independente;

2.º — porque o sistema educativo português está em crise pro-

funda e nós queremos estar na primeira linha de uma frente de luta pela educação do país e pela defesa dos legítimos interesses profissionais dos professores;

3.º — porque estando implantados na região estratégica do país onde é fácil a bipolarização de interesses, ideologias e projectos, consideramos ser nossa função e obrigação constituirmos um bloco moral de tolerância, equilíbrio e empenho activo na liberdade responsável — na liberdade autêntica — uma luta serena mas firme pela justiça e igualdade de todos os homens, recusando todas as ditaduras, todos os sistemas de intolerância e opressão, todos os totalitarismos, seja o seu rosto de direita ou de esquerda.


Para além de educadores dos nossos alunos, queremos, de modo efectivo, desempenhar uma acção educativa mais ampla, influndo

positivamente na própria comunidade;

4.º — porque a região do sul é uma região deprimida, económica, social e culturalmente. Muitos professores estão completamente isolados e abandonados; daí que a solidariedade da classe através do associativismo sindical seja uma exigência quase dramática».

Tal como apresenta no seu Plano Global de Acção, a Lista A, agora eleita, vai desenvolver estratégias de modo a fazer implantar o S.D.P. Sul em todo o «terreno» da sua zona geográfica.

«Reforçar e defender a F.N.S.P., na qual reconhece a legítima expressão superior do movimento sindical livre dos professores portugueses, de modo a que se torne cada vez mais interveniente e mais eficaz» é a primeira prioridade ao nível do contexto sindical português.

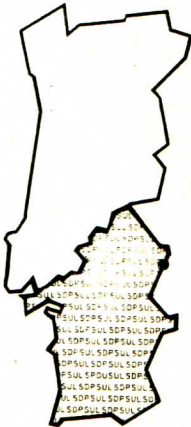


**SINDICATO DEMOCRATICO
DOS PROFESSORES
DO SUL**

12 MAIO 86

**LISTA
A**

**PELOS
PROFESSORES
PELA
DEMOCRACIA
PELO
ENSINO**



Mudar a Educação

Uma Aposta na Formação de Professores

O Parlamento aprovou já, na generalidade, os vários projectos de Lei de Bases do Sistema Educativo estando prevista a aprovação na especialidade até ao fim da sessão legislativa.

A Comissão para a Reforma do Sistema Educativo, criada por resolução do Conselho de Ministros, terminou já a primeira etapa dos seus trabalhos com a conclusão da elaboração do projecto global de actividades.

Parece, assim, que tudo se põe em movimento para dotar o país de um Sistema Educativo que responda às necessidades do nosso povo e faça da escola uma escola de sucesso.

É tempo de esperança mas é tempo, de participação.

E a participação principal deve ser a dos Sindicatos de Professores já que seremos nós, professores, aqueles a quem cumpre dar vida à lei de bases e executar a

Reforma.

Queremos uma lei ampla: adaptada a uma sociedade em mudança. Queremos uma lei que contribua para a real democratização do ensino: o que passa, entre outras coisas, por uma educação infantil oferecida a **todas** as crianças, por uma escolaridade obrigatória e **gratuita** de 9 anos, por diversidade de vias a partir da escolaridade obrigatória e com preparação para o ingresso na vida activa. Queremos uma lei que favoreça o sucesso escolar e pessoal e que dê garantias de qualidade na educação a ministrar.

E é a exigência de qualidade que nos leva a reivindicar uma formação de professores que deve realizar-se no quadro da Universidade.

A atitude investigativa permanente — que é exigível a um professor — coaduna-se mais com uma formação de índole universitária.

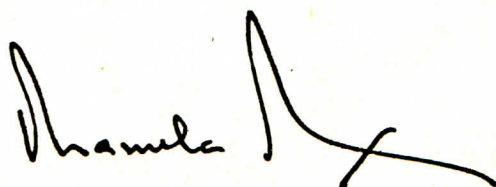
Se podemos, por razões pragmáticas, admitir que, por um tempo, as Escolas Superiores de Educação se insiram no Ensino Superior Politécnico julgamos que elas devem tender para se integrarem nas Universidades.

Não temos o complexo da «doutorite» e pensamos mesmo que é urgente fazer uma reforma — ou uma revolução? — das mentalidades. Mas queremos que a qualidade da formação dos professores seja progressivamente melhor.

Estamos preocupados com essa formação. Mas não apenas com a formação inicial.

Apostamos na formação contínua e desta coluna chamamos a atenção ao Senhor Ministro: há promessas feitas, compromissos que é imperativo honrar.

Estamos disponíveis e exigimos que se conte com a nossa participação para a nova tarefa de mudar a Escola mudando o País!



NOTÍCIAS DOS SINDICATOS

SPCL

Sindicato dos Professores Portugueses nas Comunidades Lusíadas

À medida que os professores foram enviados para prestar serviço junto das comunidades portuguesas no estrangeiro, começaram a sentir necessidade do apoio das suas organizações sindicais em Portugal para dignificar o seu trabalho.

Em 1983 verificaram a necessidade de se concertarem para exigirem do Governo o cumprimento do diploma que o obrigava à actualização dos vencimentos. Surgiu então a Delegação da FNSP que viria a estar na origem de notáveis vitórias e na melhoria das condições de trabalho.

— Pagamento de um ano de actualização de vencimentos a que o Governo se queria escusar;

— Pagamento dos dias de greve por o Governo a ter reconhecido justa;

de dois em dois anos como até aí;

— Publicação da legislação que permite a importação dos carros no final da requisição;

— Negociação favorável dos vencimentos em 84, 85 e 86.

Nasce o SPCL

Por um processo de crescimento natural e porque éramos solicitados pelos colegas de outros países que pretendiam associar-se ao nosso movimento para a resolução dos problemas que lhes eram específicos, nasceu o SPCL.

Clara manifestação do nosso querer foi a reunião em Paris de 2 de Fevereiro de 1986 com a presença do Presidente e da Secretária Geral da FNSP — Federação Nacional dos Sindicatos de Professores a que compareceram colegas vindos de toda a França.

Secretariado de Paris:

Endereço Postal:
Synd. Prof. Com. Lusíadas
B. P. 203
75062 Paris Cedex 02

2 permanências por semana:
terças e sextas-feiras das 9H00 às 12H00
20, boulevard Bonne Nouvelle
Metro: Bonne Nouvelle
(entrada pelo parking)

Actividade desenvolvida

Dois dirigentes do SPCL foram recebidos pelo Senhor Embaixador de Portugal em Paris, Dr. Gaspar da Silva, a quem expuseram alguns problemas que se relacionam com o Ensino da Língua e a Cultura Portuguesa em França e com as condições de trabalho nesse país:

- Foi feito o ponto da situação das diligências feitas com vista à autorização da importação temporária de carros (matrícula TT) e isenção de impostos locais;
- Manifestada a preocupação dos professores pela falta de pagamento ao pessoal francês de serviço nas escolas onde funcionam cursos diferidos.
- Transmitidas as preocupações da Comunidade Portuguesa pelas dificuldades que passaram a ter os alunos que frequentam

os cursos das outras associações desde que foram oficializados os cursos de uma associação dirigida por pessoal dos Serviços de Coordenação.

- Denunciada a campanha que visa alterar o Despacho Conjunto 1/EBS-AE/86 (aviso de abertura do concurso) cujos primeiros documentos foram dactilografados nos Serviços de Coordenação. Em 1984 o Despacho que autorizou a renovação dos contratos foi publicado no D. R. de 14/07/84 e não foram feitas manifestações nem mesmo em Junho.

O SPCL estabeleceu contactos com a Presidente da Comissão Parlamentar da Educação e dirigiu correspondência aos Presidentes dos Grupos Parlamentares: PSD, PS, PRD, PCP e CDS, corrigindo

a desinformação da imprensa portuguesa sobre o conteúdo do Despacho Conjunto 1/EBS-AE/86 e reclamando o reconhecimento aos contratados que venham a não ter colocação por abaixamento dos efectivos na respectiva área consular, do direito:

- A uma bolsa de estudo para se profissionalizarem em Portugal;
- A concorrerem para o estrangeiro com prioridade, no final da profissionalização, em reconhecimento da experiência que têm nesse trabalho.

O SPCL, no quadro da Federação, esteve numa reunião com a Senhora Secretária de Estado dos Ensinos Básico e Secundário na qual foram tratados vários assuntos respeitantes ao Ensino da Língua e Cultura Portuguesa no Estrangeiro.

NOTÍCIAS DOS SINDICATOS

SPZN



O 2.º CONGRESSO DO SPZN

O 2.º Congresso do Sindicato dos Professores da Zona Norte reunido no Porto nos dias 18 e 19 de Abril aprovou:

- uma alteração dos Estatutos a ser submetida à Assembleia Geral;
- o Plano de Acção para o triénio;
- as grandes linhas de Política reivindicativa do Sindicato.

O 2.º Congresso aprovou ainda recomendações sobre a Paz e os Direitos do Homem, o futuro do Sistema Educativo Português — na reforma do qual pretende assumir uma posição de grande intervenção — e sobre o significado e dinâmica do 1.º de Maio de que este ano se celebra o primeiro centenário.

UMA NOVA DINÂMICA ORGANIZATIVA

Reforçando os poderes do Conselho Geral e do Congresso, o SPZN opta, definitivamente, por uma democracia representativa de tipo ocidental contra o uso excessivo de uma democracia directa que já deu provas de ser pouco participativa e dificultar o debate das ideias.

UMA ACÇÃO SINDICAL QUE APROXIME OS DIRIGENTES DOS SINDICALIZADOS

Apostar numa política de informação, de promoção do papel do delegado sindical, de realizações culturais e de amplo debate nas escolas de todas as propostas reivindicativas é a concretização de um objectivo: levar o Sindicato a cada Professor, fazê-lo conhecido e amado.

Prosseguir o investimento na formação pedagógica dos professores e envolver dirigentes sindicais na formação sindical dos associados são, ainda, vectores importantes da acção a desenvolver.

UM SINDICATO RESPONSÁVEL NUMA ACÇÃO REIVINDICATIVA PERMANENTE

O Congresso recusou uma visão corporativa do Sindicalismo sem alienar a tradição sindicalista da defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores.

O SPZN reivindicou uma intervenção activa na definição das políticas educativas com particular relevo para a Formação de Professores. O SPZN pretende participar na elaboração dos esquemas de formação bem como no seu acom-

panhamento e avaliação.

Particular destaque dá o SPZN à negociação no âmbito da FNSP dos Estatutos das Carreiras Docentes. O Congresso entende que por aqui, também, passa a melhoria da qualidade do Ensino e a dignificação da profissão.

FAZER DO CENTENÁRIO DO 1.º DE MAIO UMA BANDEIRA A FAVOR DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA

O SPZN considera que a recusa do direito à contratação colectiva para os trabalhadores da Função Pública e das Instituições de Solidariedade Social se fundamente em razões históricas completamente ultrapassadas.

Defender a completa igualdade de todos os trabalhadores e lutar pela plenitude dos direitos sindicais insere-se na mais genuína tradição do 1.º de Maio que importa celebrar condignamente no seu centésimo aniversário.

O SPZN empenhar-se-á, procurando empenhar a Federação Nacional dos Sindicatos de Professores (FNSP), a Frente Sindical da Administração Pública e a União Geral de Trabalhadores (UGT) nesta luta histórica.

INFORMAÇÕES

Tarda a reunião com o Ministro da Educação e Cultura

• Finalmente marcada para 3 de Junho uma reunião com o Ministro da Educação e Cultura.

Esta reunião, que vem sendo solicitada desde Abril, centrar-se-á sobre a problemática da formação de professores.

O secretariado está seriamente apreensivo com o lançamento do novo plano de formação de professores: inicial, profissional e

contínuo e exige que o MEC respeite os compromissos assumidos nesta matéria.

Na reunião será, ainda, apresentada uma proposta sobre o tempo de serviço para acesso à 6.ª fase em duas situações: professores que pretendem aposentar-se e professores com mais de 25 anos de serviço e que foram submetidos a um estágio não remunerado de 2 anos.

CONTRATO COLECTIVO DO ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO

Está em fase de discussão nos sindicatos a proposta de revisão do CCT do Ensino Particular e Cooperativo — A proposta final, cuja aprovação está prevista para a reunião do secretariado que terá lugar na manhã do próximo dia 29 — será depois negociada com a AEEP.

PRÓXIMA REUNIÃO DA FEDERAÇÃO

Maio, 29 — 9H30: Reunião do Secretariado Nacional. Salienta-se, da agenda, a constituição de 3 grupos de trabalho sobre:

- Estatuto da Carreira Docente do Ensino não Superior
- Gestão Democrática no Ensino Primário
- Revisão do Cáderno Reivindicativo

Maio, 29 — 15H00: Reunião do Conselho Nacional. Para além de um período de informação e da análise da situação político-sindical o Conselho deve aprovar uma pro-

posta do Secretariado relativa à adesão à Federação do Sindicato Democrático dos Professores do Sul e do Sindicato dos Professores Portugueses nas Comunidades Lusíadas.

PRÓXIMA REUNIÃO COM O MEC

• No dia 28 de Maio o Secretariado da Federação reúne, de novo, com o Secretário de Estado da Administração Escolar. Em agenda:

- Quadro complementar do Ensino Primário (quadros para efectivos)
- Calendarização da negociação do Estatuto da Carreira Docente do Ensino não Superior
- Pessoal auxiliar do Ensino Primário
- Alteração das remunerações dos Delegados e Subdelegados Escolares
- Regulamentação da 2.ª fase do concurso de professores provisórios dos ensinos preparatório e secundário
- Bonificação do tempo de serviço para efeitos de reforma

A FNSP NA IMPRENSA

PORTUGAL:
UM SISTEMA
EDUCATIVO
PARA
O ANO 2000



PROFESSORES DEVEM TER TODOS UMA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

— defende a secretária-geral da FNSP, Manuela Teixeira

Por MANUEL PINTO (texto) e PEREIRA DE SOUSA (foto)

ei unificada, de

professores, preconizados
em alguns pro...

tora considera que algumas
áreas mais problemáticas

Conselho Nacional da FNSP com Manuela Teixeira

EXIGÊNCIAS DO SINDEP DEFINITIVAMENTE RECUSADAS

Reunido, sábado, no Porto, o Conselho Nacional da Federação Nacional dos Sindicatos de Professores (FNSP) decidiu «recusar as exigências» do Sindicato Democrático

que o período de reclamações tenha o seu início na primeira quinzena de Abril.

Ainda em relação a esta

FNSP para 1986. «o Conselho apostou numa política reivindicativa orientada para quatro grandes preocupações: lei de bases do sistema educativo, estatuto de

Revisão de carreiras
Professores
satisfeitos
com a FNSP

onal dos sin-
res, reunido
tou que «outros pretu
apropriar-se de uma vitória

A FNSP opõe-se à anulação do concurso de efectivos

A Federação Nacional dos... mês do concurso com grave pre-... que regulamenta o concurso de

CONSTITUÍDO NO PORTO SINDICATO DE PROFESSORES DAS COMUNIDADES LUSÍADAS

Decorreu ontem no Porto a Assembleia constitutiva de uma nova organização sindical de profissionais de ensino que exer-

vos do novo sindicato que... no artigo 6.º dos seus estatutos, afirma a sua adesão a

PROFESSORES DO SUL TÊM NOVO SINDICATO

A constituição do novo Sindicato Democrático dos Professores do Sul surge em consequência de «bloqueamentos e extensões incompreensíveis e inaceitáveis».

servância dos princípios do sindicalismo democrático e da liberdade sindical

SINDLEP

ACTUALIZAÇÃO DOS VENCIMENTOS DOS DELEGADOS E DOS SUBDELEGADOS ESCOLARES

Aguarda-se para breve a publicação do diploma que substituirá o D. L. 513-M1/79. Logo que isso se verifique todos os professores do ensino primário sobem automaticamente uma letra na tabela salarial da Função Pública. Acontece, ainda, que os professores com mais de 4 anos na 4.^a Fase poderão requerer a 5.^a Fase (letra D).

Ora, pelo Decreto-Lei n.º 211/81, de 13 de Julho, os delegados escolares vencem pela letra F (como os profs. da 4.^a Fase) e os subdelegados escolares pela letra G (como os profs. da 3.^a Fase), exceptuando os que, como professores, tenham direito à 4.^a Fase e que, como é lógico, auferem pela letra F, por poderem optar pelo vencimento que lhe seria abonado como professor, nos termos do n.º 2 do artigo 31.º do referido D. L. n.º 211/81.

Assim, logo seja publicado o novo diploma, acontecerá que aos delegados escolares continuarão a ser processados os vencimentos

pela letra F e a muitos subdelegados pelas letras E ou D.

Para esta situação, em tempo, oportuno, alertou o SINDLEP e a FNSP os responsáveis do Ministério da Educação e Cultura,, nomeadamente o Senhor Secretário de Estado da Administração Escolar, que tem competência para propor ao Senhor Ministro a resolução do problema, o qual informou de que estavam a ser revistos os vencimentos de todos os dirigentes do MEC, nos quais se incluíam os delegados e os subdelegados escolares. Informou, ainda, de que, embora a revisão se não pudesse efectuar em simultâneo com o novo D. L. 513-M1/79, haveria retroactividade a 1 de Maio/86.

Assim sendo, esperamos que o atraso não seja prolongado e que a revisão venha ao encontro dos desejos dos sócios do SINDLEP.

NOTÍCIAS DAS DELEGAÇÕES ESCOLARES

Nos dois últimos números do JORNAL DA FNSP, solicitou a Direcção do SINDLEP aos seus associados que enviassem notícias

das suas regiões. O nosso apelo continua a não ser correspondido, com uma única excepção agradável, a do nosso associado Delegado Escolar de Tomar, que nos deu «novas» do seu concelho, das quais se registam as seguintes:

— Nas três escolas do ensino primário da sede do concelho está a ser aplicado em regime experimental o MÉTODO WARD na formação musical dos alunos de 5 turmas do 1.º ano de escolaridade, tendo como monitores os professores do Conservatório Regional de Tomar.

— Nas instalações do ex-Colégio NUN' ALVARES, entrou em funcionamento o maior JARDIM DE INFÂNCIA da rede pública existente em Portugal, a funcionar já com 7 turmas e que poderá chegar a nove.

Que este exemplo sirva de incentivo a outros associados.

Bem haja colega Correia, Delegado Escolar de Tomar, pelo seu contributo.



**DIA DO DELEGADO
E SUBDELEGADO ESCOLAR
13 de Julho
TODOS A TAVIRA**

NOTÍCIAS DOS SINDICATOS

SPZC

ESTÁGIO INTERNACIONAL EM HUESCA-ESPANHA

De acordo com o programa de Formação da FETE-UGT de Espanha, com a colaboração da FEN (Federação de Educação Nacional-França) realizou-se, em Huesca, de 16 a 23 de Abril, mais um Seminário Internacional, com a presença de Professores Portugueses (FNSP), Espanhóis (FETE-UGT) e Franceses (FEN), subordinado ao tema «A Democracia na Escola».

Este foi a continuação do Seminário realizado na Guarda.

Foi um encontro essencialmente de carácter prático, decorrendo os trabalhos nas Instalações dos Estabelecimentos de Ensino visitados, seguindo-se debate entre os participantes e os professores monitores.

Visitou-se o «Colégio Nacional de Práticas» onde se assistiu a uma aula de educação pré-escolar, sendo objectivo principal deste estabelecimento a aplicação de novos métodos e o ensaiar de novos problemas; Colégio Pio XII (aula de Francês e Ciências); Centro de Professores (Formação Contínua) onde se encon-

tram em reciclagem vários grupos de professores; visita à Biblioteca do Estado com a passagem de filmes e slides; Instituto Politécnico com a observação de uma aula sobre IVA e outra de Comércio; Liceu B. U. P. e visita ao Centro de Ensino Integrado.

Foi mais uma útil e actual troca de experiências mas, que deixou claramente, em conclusão final, todos os participantes mais enriquecidos e motivados para novas experiências.

De salientar o bom acolhimento e empenho de todas as autoridades regionais e locais que sempre nos acompanharam e demonstraram o maior empenho pelo intercâmbio realizado ou a realizar futuramente.

Na sessão de encerramento, a que presidiu o Presidente do Município de HUESCA, estiveram presentes várias entidades oficiais bem como vários deputados. O Presidente da FNSP realçou a importância de reforçar cada vez mais os laços entre todas as organizações internacionais que lutam por um sindicalismo livre e democrático.

COLÓQUIO SOBRE A LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO

A Delegação Distrital de Castelo Branco levou a efeito no dia 5 de Maio no Anfiteatro da Escola Superior de Educação uma Jornada de Reflexão Sindical e que teve a participação de 160 professores.

O segundo período dos trabalhos, que se estendeu das 14 H. às 18 H. foi totalmente preenchido com um debate sobre os projectos da Lei de Bases do Ensino em discussão na Assembleia da República e no qual participaram os deputados António Guterres (PS) e Lemos Pires (PRD).

O debate foi animado por numerosas intervenções que assentaram essencialmente sobre os problemas mais candentes do sistema:

- Articulação entre os diversos níveis de ensino
- Ensino Profissional
- Conceito de Ensino Básico
- Ciclo Preparatório.

Não foi possível dado o adiantado da hora, abordar a totalidade das questões levantadas.

Estes colóquios irão continuar.

COOPERATIVA DE CONSUMO SPZC

Por escritura pública de 11/5/86, foi constituída a Cooperativa de Consumo do Sindicato dos Professores da Zona Centro que passará a usar a sigla COOP-SPZC.

Realização de um velho sonho de doze anos, os professores da Zona Centro do País tem à sua disposição mais um factor de progresso social.

COOP-SPZC o sindicalismo democrático de professores afirma-se ainda mais através de novas formas de intervenção, apanágio do sindicalismo moderno: a Acção Social.

A Cooperativa de Consumo do SPZC já iniciou as suas actividades com a instalação do posto abastecedor de Viseu, provisoriamente a funcionar na respectiva delegação distrital.

O SPZC JÁ DISPÕE DE TELEX

Substantial melhoria no seu sistema de informação acaba de conseguir o SPZC com a instalação do sistema telex nos serviços centrais da Avenida Sá da Bandeira em Coimbra.

Com o indicativo - 52442, está aberta mais uma porta, importantíssima para a divulgação da sua mensagem nos meios de Comunicação Social e para uma maior rapidez na comunicação com as estruturas regionais e as outras organizações sindicais nomeadamente a FNSP e a UGT.

legislação

FEVEREIRO

D. R. N.º 27 — I Série 01/02/86

- **Decreto Regulamentar Regional N.º 1/86/M** — Estabelece a forma de provimento dos docentes não efectivos nos Ensinos Preparatório e Secundário e Médio da Região Autónoma da Madeira.

D. R. N.º 31 — I Série 06/02/86

- **Decreto-Lei N.º 17-C/86** — Estabelece normas respeitantes ao curso para professores efectivos dos Ensinos Preparatório e Secundário.

D. R. N.º 35 — I Série 12/02/86

- **Portaria N.º 55-C/86** — Cria algumas escolas preparatórias e secundárias (C + S) e Secundárias.

D. R. N.º 35 — I Série — 12/02/86

- **Despacho Normativo N.º 11-B/86** — Define a situação dos professores provisórios dos ensinos preparatório e secundário que se encontrem a desempenhar funções em Conselhos Directivos.

D. R. N.º 36 — I Série 13/02/86

- **Decreto-Lei N.º 20-A/86** — Fixa a tabela de vencimentos dos funcionários e agentes da Administração Pública Central e Local e dos organismos de coordenação económica e demais institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos públicos.

D. R. N.º 38 — II Série 15/02/86

- **Despacho N.º 15/MEC/86** — Determina a clarificação de alguns pontos do despacho 68/M/82 de 2/4/82 (faltas dadas ao serviço pelos membros directivos das associações sindicais).

D. R. N.º 47 — II Série 26/02/86

- **Despacho N.º 3/AE/86** — Determina alguns esclarecimentos com vista à aplicação conjugada do disposto nos D. L. 150-A/85 de 8/5/85 e D. L. 17-C/86 de 6/2/86.

MARÇO

D. R. N.º 51 — I Série 03/03/86

- **Resolução do Conselho de Ministros N.º 22/86** — Prorroga por tempo indeterminado e até à completa extinção do ciclo preparatório TV no período de destacamento a que se refere o n.º 2 do artigo 15.º do D. L. 24/78 de 27 de Novembro/78.

D. R. N.º 67 — I Série 21/03/86

- **Decreto-Lei N.º 59/86** — Aprova o referencial genérico das actividades das Escolas Superiores de Educação em matéria de formação inicial de educadoras de Infância e professores do ensino primário.

D. R. N.º 71 — II Série 26/03/86 — Suplemento

- **Despacho N.º 13/EBS/86** — Normas relativas à avaliação dos alunos do Ensino Preparatório directo das Escolas Particulares e Cooperativas.

D. R. N.º 71 — II Série 26/03/86 — Suplemento

- **Despacho N.º 14/EBS/86** — Fixa prazos de inscrições para admissão a provas de exame — 1985/86.

D. R. N.º 72 — II Série 27/03/86

- **Despacho N.º 10/EBS/86** — Normas relativas à avaliação do aproveitamento escolar dos alunos do Ensino Secundário que frequentam escolas ou Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo.

ABRIL

D. R. N.º 84 — I Série 11/04/86

- **Despacho Normativo N.º 28/86** — Define a situação dos docentes efectivos de Trabalhos Manuais e do 12.º Grupo que se encontrem a realizar o 2.º ano de profissionalização em exercício nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 39.º do D. L. 580/80 de 31/12/80.

D. R. N.º 87 — I Série 15/04/86

- **Lei N.º 8/86** — Altera, por ratificação o D. L. n.º 150-A/85 de 8/5 (Processo de Profissionalização de Professores).

D. R. N.º 89 — I Série 17/04/86

- **Despacho N.º 77/MEC/86** — Situação de acumulações.

D. R. N.º 94 — II Série 23/04/86

- **Despacho N.º 79/MEC/86** — Destacamentos.

D. R. N.º 97 — II Série 28/04/86

- **Despacho N.º 16/EBS/86** — Determina que no ano lectivo 85/86 poderão terminar o Ensino Primário as crianças que não estejam abrangidas pelo disposto no n.º 5 do Despacho 42/77, desde que manifestem possuir conhecimentos capacidade e maturidade suficientes para o prosseguimento de estudos.

D. R. N.º 99 — I Série 30/04/86

- **Portaria N.º 173/86** — Aprova o regulamento do regime geral de candidatura à primeira matrícula e inscrição em Estabelecimentos e cursos do Ensino Superior no ano lectivo de 1986-1987.

D. R. N.º 99 — I Série 30/04/86

- **Lei N.º 9/86** — Orçamento do Estado para 1986.

D. R. N.º 99 — II Série 30/04/86 — Suplemento

- **Lista Provisória de graduação** — Concurso de professores efectivos dos ensinos Preparatório e Secundário.

MAIO

D. R. N.º 103 — II Série 6/5

- **Aviso de Abertura** — Concurso de Professores Provisórios e efectivos dos ensinos Preparatório e Secundário da Autónoma da Madeira.

D. R. N.º 105 — I Série 8/5

Portaria n.º 188/86 — Aprova o impresso de modelo tipo de diploma de conclusão com aproveitamento dos cursos profissionais instituídos no âmbito do ensino secundário.

D. R. N.º 107 — I Série 10/5

Decreto-Lei N.º 93/86 — Estabelece medidas relativas à alteração da designação dos estabelecimentos de Ensino Preparatório, Preparatório e Secundário (C + S) e Secundário.

D. R. N.º 108 — I Série 12/5

Despacho Normativo N.º 37/86 — Homologa o curso técnico-profissional de Contabilidade a funcionar em regime de experiência pedagógica no Externato Infante D. Henrique desde o ano lectivo de 1984-1985.

D. R. N.º 110 — II Série 14/5

Colocação — de professores nas escolas anexas e anexadas às do magistério primário.

Colocação — de professores nas escolas do Magistério Primário e nas escolas de Formação de Educadores de Infância.

Dec. Lei 100/86

17/05/86

Revisão do 513-M1/79

**UMA FEDERAÇÃO FORTE, INDEPENDENTE,
RESPONSÁVEL E EFICAZ**

O Secretariado Nacional sauda os novos Sindicatos de Professores que nasceram vocacionados para participar no grande projecto de unidade sindical docente que é a Federação Nacional dos Sindicatos de Professores à qual passarão, formalmente, a pertencer a partir do Conselho Nacional de 29 de Maio.

Professando um sindicalismo livre, responsável e independente somos a organização sindical docente que responde aos anseios e exigências dos Professores.

Privilegiamos o diálogo e a negociação sem recuarmos perante as formas de luta que for necessário desenvolver.

Não perdemos tempo a caluniar os outros mas recordamos-lhe que não temos qualquer ligação com um tipo de sindicalismo em que Sindicato-Partido-Governo se confundem como é timbre dos Sindicatos de leste, nem tão pouco em sindicalismo de gabinete sem expressão nas Escolas.

A FNSP não perderá tempo em querelas estereis com quem é já conhecido dos professores pelas suas «obediências» ou pela sua incapacidade de propor, de mobilizar, de fazer acção sindical.

Não são a FENPROF ou o SINDEP quem poderão ser garante em Portugal de um sindicalismo independente e forte.

A adesão dos novos Sindicatos vem dar mais força à nossa Federação; por isso todos os professores estão de parabéns.

**O CONSELHO NACIONAL DA FNSP
MANIFESTA APOIO À SUA SECRETÁRIA GERAL**

Na sua reunião de 8 de Março no Porto, o Conselho Nacional da FNSP, para além de aprovar o relatório de actividade e as contas do exercício de 1985, o plano de acção e orçamento da Federação para 1986, decidiu ainda:

- Solidarizar-se com a Secretária-Geral da FNSP e repudiar as calúnias de que foi alvo;
- Recusar as exigências do SINDEP;
- Manifestar a sua solidariedade aos constituintes do Sindicato dos Professores Portugueses nas Comunidades Lusíadas e do Sindicato Democrático dos Professores do Sul;
- Dizer não à anulação do concurso de professores efectivos dos Ensinos Preparatório e Secundário e pedir o alargamento do período de reclamações;
- Promover o debate profundo e o mais alargado possível sobre os projectos de Lei de Bases do Sistema Educativo;
- Realizar um Seminário em Lisboa sobre «A CEE e o Sistema Educativo Português».

A política reivindicativa da FNSP para 1986 assenta em 4 grandes linhas:

- Lei de Bases do Sistema Educativo;
- Estatuto da Carreira Docente do Ensino não Superior;
- Gestão Democrática no Ensino Primário;
- Aprofundamento do Caderno Reivindicativo já existente.

FNSP REUNE COM SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A actualização das gratificações ao pessoal docente do Ensino Especial, o estudo do reconhecimento de alguns cursos de especialização e a problemática da reconversão a educadores de infância de auxiliares de educação e vigilantes do Ensino Especial foram as questões centrais debatidas na reunião realizada no dia 20 de Maio, entre o Secretário de Estado da Administração Escolar e a Federação Nacional dos Sindicatos de Professores.

Na reunião procedeu-se, também, à conclusão da negociação da revisão do Decreto-Lei que regulamenta o concurso de professores não efectivos do Ensino Primário.

O ALARGAMENTO DO PRAZO PARA REQUERER FASES

O Secretário de Estado comprometeu-se, ainda, a prorrogar o prazo para requerimento de fases com efeito na redução da componente lectiva dos horários, uma vez que se regista significativo atraso na publicação das nomeações dos professores efectivos dos Ensinos Preparatório e Secundário. Com efeito os professores deviam fazer tal requerimento até 31 de Maio e passarão, agora, a fazê-lo até 5 dias úteis após a publicação da sua nomeação no Diário da República.

REVISÃO DO DEC-LEI 207/82

Quanto à revisão do Dec. Lei 207/82 (sobre os concursos dos professores não efectivos do Ensino Primário) acordou-se:

- Uniformizar o sistema de colocação de professores do Ensino Primário e Educadores de Infância;
- Aumentar o número de zonas de concurso para 9 diminuindo, assim, a área a que é obrigatório concorrer para manter o vínculo;
- A regulamentação das permutas entre professores, pondo cobro a situações anómalas verificadas em anos anteriores;
- A afectação de professores não efectivos a estruturas regionais para efeitos de substituição de docentes ausentes por curtos espaços de tempo e para apoio a alunos com dificuldades passageiras de aprendizagem;
- Alterar as condições de aquisição do direito à recondução.

Embora não tenha sido acolhida uma das reivindicações mais fortes da Federação — a de que o concurso se realize a vagas declaradas — considera a FNSP que o novo diploma é manifestamente mais favorável para os professores podendo dar um contributo importante ao combate do insucesso escolar.

Quanto à reivindicação que ficou por satisfazer o Secretário de Estado da Administração Escolar não só a considerou legítima como apreciou o mecanismo de concurso por nós proposto e que apenas não foi acolhido por declarada incapacidade técnica do ministério para a sua aplicação.

Foi-nos prometido que se irão realizar estudos conducentes à viabilização desta proposta no próximo ano.

Ficou marcada para o próximo dia 28 uma nova reunião de trabalho na qual se apreciará uma proposta de criação de um quadro complementar do quadro geral de efectivos do Ensino Primário e será discutida a metodologia e calendário da elaboração do estatuto da docente do Ensino não Superior.

NESTE NÚMERO:

- **MUDAR A EDUCAÇÃO**
- **LEGISLAÇÃO**
- **NOTÍCIAS DOS SINDICATOS**
- **INFORMAÇÕES**

Proprietário — *Federação Nacional dos Sindicatos de Professores*

Directora — *Maria Manuela Teixeira*

Distribuído por — *F.N.S.P.*

Redacção: *Rua D. João IV, 610 — 4000 PORTO*

Composição e impressão:
Tipografia Nunes, Lda.
4000 PORTO